

CALL FOR PAPERS - COLÓQUIO FINAL

# LEGALPL

## Pluralismo Jurídico no Império Português

(séculos XVIII-XX)

### COMITÉ ORGANIZADOR:

Cristina Nogueira da Silva  
Fernanda Thomaz  
João Figueiredo  
Luís Cabral de Oliveira  
Nuno Camarinhas

### COMITÉ CIENTÍFICO:

Armando Marques Guedes, Universidade NOVA de Lisboa  
Carlos Garriga, Universidad del País Vasco  
Jelmer Vos, University of Glasgow  
Pedro Cardim, Universidade NOVA de Lisboa  
Samuel Barbosa, Universidade de S. Paulo  
Tamar Herzog, Harvard University

### ORADORA PRINCIPAL/MESA REDONDA:

Lauren Benton, Yale Law School

# LEGALPL

## Pluralismo Jurídico no Império Português

(séculos XVIII-XX)

O projeto **Pluralismo Jurídico no Império Português (séculos XVIII-XX)** (LEGALPL) tem como objetivo estudar o encontro entre a ordem jurídica portuguesa e as ordens jurídicas nativas nos territórios ultramarinos portugueses, desde o século XVIII até ao XX.

**Financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia** da República Portuguesa, o projeto é acolhido pelo **Centro de I&D sobre Direito e Sociedade** (CEDIS) da NOVA School of Law, onde decorre em parceria com o **Instituto de Ciências Sociais** (ICS) da Universidade de Lisboa. Desde outubro de 2018, a equipa multidisciplinar do LEGALPL procurou apurar como diferentes ordens jurídicas locais e/ou ordenamentos jurídicos dos territórios sob domínio português foram classificadas e usadas por colonizadores e colonizados, como interagiram e como foram transformadas pelas situações coloniais. Este trabalho

levou a uma compreensão mais dinâmica e completa do pluralismo jurídico no império português, que teve em atenção não só as reflexões doutrinárias das elites coloniais, mas também a ação dos agentes locais da justiça colonial e das populações envolvidas.

A reflexão da equipa foi guiada por conceitos-chave como **“jurisdição”** (António Hespanha, Lauren Benton), **“recepção jurídica”**, **“pluralismo jurídico”** (Santi Romani, Sally Merry), **“multinormatividade”** (Thomas Duve) e **“interlegalidade”** (Boaventura Sousa Santos, Armando Marques Guedes), e fixou-se preferencialmente nos seguintes períodos e contextos históricos:

Angola (séculos XIX-XX);  
Brasil (séculos XVIII-XIX);  
Goa (século XVIII-XIX);  
Moçambique (séculos XIX-XX);  
Guiné-Bissau (séculos XIX-XX); e  
Timor (séculos XIX-XX).

Para levar mais longe a concretização de um dos principais objetivos do LEGALPL e proporcionar à comunidade académica e ao público geral um debate sobre as modalidades que assumiu o pluralismo jurídico no império português, lança-se agora uma chamada pública de trabalhos para o Colóquio final, Pluralismo Jurídico no Império Português (séculos XVIII-XX).

**O Colóquio decorrerá na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa nos dias 11 e 12 de abril de 2022.** O regime será presencial, com a possibilidade de intervenção via zoom para quem não puder estar presente.

As propostas submetidas (em autoria ou co-autoria) devem versar sobre as seguintes temáticas e focar-se em um ou mais dos territórios do antigo império português, durante a época em estudo (séculos XVIII a XX):

- **Diferentes conceitualizações do pluralismo jurídico;**
- **Codificação de “usos e costumes”, seus significados e impactos;**
- **“Agencialidade” [agency] dos locais (“nativos”, “indígenas”) nos**

**processos judiciais; *Forum shopping* ou o recurso estratégico a diferentes ordens normativas;**

- ***Lawfare* e administração colonial;**
- **Raça, classe e género na classificação jurídica das populações locais.**

#### **Línguas de trabalho:**

Espanhol, inglês, e português

#### **Duração das apresentações:**

20 minutos

#### **Prazo para a submissão de propostas:**

20 de dezembro de 2021

As propostas devem incluir um título, um sumário de 500 palavras, 3 a 5 palavras-chave e a afiliação institucional do autor. As propostas deverão ser enviadas para o email [\*\*legalpluralismcolloquium@gmail.com\*\*](mailto:legalpluralismcolloquium@gmail.com) e serão avaliadas em *blind peer-review* pelos membros do Comité Científico.

#### **Os resultados da avaliação estarão disponíveis a 31 de Janeiro de 2022.**

Está prevista a publicação de um livro com divulgação internacional que reunirá algumas das propostas apresentadas no colóquio.